



1 Às nove horas do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e dezoito, na sede do Tribunal de
2 Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da
3 Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **JOSÉ**
4 **CARLOS ARAÚJO, CEZAR COLARES, ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES E SÉRGIO LEÃO**.
5 Ausências justificadas dos Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA E ALOÍSIO CHAVES**; presença
6 da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA**
7 **REGINA CUNHA**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado
8 do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta
9 Corte. Convocados os Conselheiros Substitutos, **SÉRGIO DANTAS E MÁRCIA COSTA**, para
10 composição de quorum, nos termos da alínea "c", do inciso III, do Artigo 72 do Regimento
11 Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se
12 manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste*
13 *Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". **LEITURA DE**
14 **EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA:** o Secretário Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do
15 Estado do Pará, Dr. Jorge Antônio Cajango Pereira, proferiu a seguinte leitura em Plenário:
16 Câmaras Municipais que rejeitam o Parecer Prévio do TCM, visto que aprovaram, sem ressalva(s),
17 as contas das Prefeituras: **1. PROCESSO Nº 201711165-00**, referente ao julgamento da
18 prestação de contas da **Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Tauá**, no exercício de
19 **2005** (Processo nº 0730012005 – P/C), de responsabilidade do **Sr. Raimundo Freire**
20 **Noronha**; **2. PROCESSOS NºS 201712832-00 / 201712833-00 / 201712838-00 e**
21 **201712839-00**, referentes ao julgamento das prestações de contas da **Prefeitura Municipal**
22 **de Novo Repartimento**, exercícios de **1997, 1998, 1999 e 2000** (Processos nºs 985289-00 /
23 19993142-00 / 200002796-00 e 1190012000-00 – P/C – respectivamente), todos de
24 responsabilidade do **Sr. Dionizio Francisco de Melo**; **3. PROCESSO Nº 201713065-00**,
25 referente ao julgamento da prestação de contas da **Prefeitura Municipal de Brasil Novo**, no
26 exercício de **2001** (Processo nº 1100012001 – P/C), de responsabilidade do **Sr. Antônio**
27 **Lorenzoni**. Câmaras Municipais que mantiveram o parecer prévio do TCM, pela não aprovação
28 das contas da Prefeitura Municipal: **1. PROCESSO Nº 201800207-00**, referente ao julgamento
29 da prestação de contas da **Prefeitura Municipal de Barcarena**, no exercício **2010** (Processo
30 nº 130012010-00 – P/C - Resolução nº 11.443, 03/04/2014), de responsabilidade do **Sr. João**
31 **Carlos dos Santos Dias**; **2. PROCESSO Nº 201801093-00**, referente ao julgamento da
32 prestação de contas da **Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Tocantins**, nos exercícios
33 **2007 e 2008** (Processos nºs 890012007-00 – P/C – Resolução nº 11.086, de 27/06/2013 e
34 890012008-00-P/C 11.149, de 27/08/2013, respectivamente), de responsabilidade da **Sra.**
35 **Luciene Geralda Rezende Veras**; **3. PROCESSO Nº 201801355-00**, referente ao julgamento



36 da prestação de contas da **Prefeitura Municipal de São Francisco do Pará**, no exercício
37 **2007** (Processos nºs770012007-00 – **P/C** - resolução nº 11.969, de 02/07/2015), de
38 responsabilidade do **Sr. Antônio Silas melo da Cunha**. Após efetuada a Leitura, o Conselheiro
39 Cezar Colares solicitou a palavra para: *"Conselheira Mara Lúcia, interessante nós estarmos fazendo*
40 *agora esse acompanhamento, cabe a Câmara julgar as contas do Prefeito, embasada no parecer técnico do*
41 *Tribunal. A memória não me permite lembrar os motivos da reprovação dessas contas – Parecer Prévio*
42 *Contrário. Me chama atenção o primeiro: Santo Antônio do Tauá, que acho que deve ter tido Agente*
43 *Ordenador, algum desses deve ter tido Agente Ordenador. Natural que a Câmara ao julgar tem que*
44 *fundamentar, dizer porque aprovou, dizer o motivo, fundamentar a sua decisão. Se tem Agente Ordenador,*
45 *supõe-se que lá na Câmara ele provou que não tinha Agente Ordenador, ou que ele recolheu aos cofres*
46 *municipais, ou apresentou documentação que não apresentou à época para o Tribunal. Então acho*
47 *interessante para que nós pudéssemos separar pelo menos esses em que o Tribunal emitiu parecer prévio*
48 *contrário, e apontou Agente Ordenador, para ter mais clareza e decidir o que fazer. Existe já um diálogo*
49 *com o Ministério Público, acho que o Ministério Público pode ser um bom parceiro para verificar, cobrar do*
50 *Legislativo que ele ao julgar, o fundamente. A Câmara ao julgar está sendo juiz, e toda decisão, to*
51 *juízo, tem que ter motivação. O julgamento político, mas tem que ter a motivação. Acho*
52 *interessante até para que se possa fazer esse debate. Nós tivemos uma reunião com Vossa Excelência para*
53 *definir os temas dos cursos do Tribunal e foi discutido a possibilidade inclusive de debater com as Câmaras*
54 *Municipais isso: como apreciar os pareceres prévios. Onde inclusive nesses debates mostrara que eles*
55 *precisam fundamentar. Não é chegar lá e dizer: tá aprovado e pronto. Ou está reprovado e pronto. Se for*
56 *reprovar como alguns – o Tribunal dá parecer favorável e algumas Câmaras reprovam. Também tem que*
57 *motivar, dizer o porque. 'O julgamento é político, eu sou contra, eu reprovó'. Não... é preciso uma*
58 *motivação. Então acho interessante que a Secretaria pudesse separar pelo menos estes onde tem Agente*
59 *Ordenador, irregularidades muito graves apontadas, para a gente poder ter uma boa leitura sobre isso".*
60 Na sequência, o Conselheiro José Carlos Araújo, discorreu sobre o tema: *"No caso específico de*
61 *Santo Antônio do Tauá, não sei se é esse o ano em específico, da mesma forma que o Conselheiro falou.*
62 *Mas não me recordo aqui. Teve busca e apreensão, teve todo um processo do Ministério Público, o*
63 *Tribunal acompanhou isso. Não sei se é este ano tá? Mas independente de ser ou não, o resultado disso já*
64 *nos faz precaver. O que nós deveríamos fazer? Alertar o Ministério Público, encaminhar ao órgão: 'Olha, a*
65 *Câmara aprovou'. Alertar isso, nosso papel já foi feito, agora a Câmara... O Ministério Público vai entrar ou*
66 *não... Mas nós temos que fazer isso, porque nos protege e vai pela coisa correta, pela forma correta de*
67 *agir".* Após a manifestação dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros, a Conselheira Mara Lúcia
68 concedeu a palavra ao Secretário Geral, Jorge Cajango para explanar sobre o trabalho
69 desenvolvido quanto ao controle de decisões: *"Só uns esclarecimentos. Nós estabelecemos na*
70 *Secretaria Geral, uma unidade de Controle de Decisões. E essa unidade, o que ela está fazendo com*
71 *relação a estas questões? Nós estamos destacando todas elas, todos os retornos de encaminhamentos das*
72 *Câmaras que não acompanharam ainda que parcialmente as nossas decisões. Em cima dessas nós estamos*
73 *demandando às Câmaras que nos remetam todo processo de deliberação, e sobre esse processo nós*



74 estamos mandando para a Presidência, para que ela tome as providências, ou junto ao Ministério Público,
75 ou ao que achar necessário. Inclusive foi fato de discussão que o Presidente (Conselheiro Daniel Lavareda)
76 trouxe à tona e o Conselheiro Aloisio Chaves ponderou sobre estarmos disponibilizando essas informações
77 e nós estamos criando na nossa Intranet da Secretaria um espaço onde todas essas que não
78 acompanharam totalmente, ou em parte, vão estar disponíveis, inclusive com os encaminhamentos que a
79 Secretaria está dando, de oficiar as Câmaras que nos remetam o processo legislativo pelo qual ela não
80 acompanhou em parte, ou totalmente, para que o Tribunal possa então tomar as medidas que julgar
81 necessárias". Na sequência, o Conselheiro Cezar Colares solicitou a palavra para: "Esse
82 monitoramento é até para pressionar a Câmara, se ela apreciou ou não o parecer prévio. E aquele já foi
83 praí? Já foi apreciado? Qual foi o resultado?". Em complementação, a Conselheira Mara Lúcia assim
84 manifestou-se: "Como é que está sendo feita essa escolha?". Em continuidade, o Conselheiro Cezar
85 Colares assim manifestou-se: "Até para que se conclua o julgamento". Por fim, a Conselheira Mara
86 Lúcia solicitou a palavra para: "Quero ressaltar Conselheiro Cezar Colares, com relação a sugestão
87 tema. Nós estamos pensando inclusive em convidar o Ministério Público também dentro do tema, para
88 fazer uma explanação. Nós já estamos em contato". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE**
89 **JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos: **Processo nº 800012013-**
90 **00; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista; Prestação de Contas de 2013;**
91 **Contas Anuais de Gestão; Responsável: Getúlio Brabo de Sousa; Instrução: 1ª Controladoria;**
92 **Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;**
93 **Publicado no DOE nº 261 de 19/02/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 800012013-**
94 **00; Prefeitura Municipal de São Sebastião da Boa Vista; Prestação de Contas de 2013;**
95 **Contas Anuais de Governo; Responsável: Getúlio Brabo de Sousa; Instrução: 1ª Controladoria;**
96 **Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;**
97 **Publicado no DOE nº 261 de 19/02/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 1290032012-**
98 **00; Fundo Municipal de Educação de Vitória do Xingu; Prestação de Contas de 2012;**
99 **Contas Anuais de Gestão; Responsável: Jesualdo Antonio de Souza Monteiro (01/01 a 30/10) e**
100 **Sra. Joseilda Silva Amaral (31/10 a 31/12); Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público:**
101 **Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador:**
102 **Maria do Socorro Rodrigues Figueiredo (CRC-PA nº 011401/06); Publicado no DOE nº 261 de**
103 **19/02/2018.** Retirado de Pauta. **Processo nº 480032010-00; Fundo Municipal de**
104 **Assistência Social de Monte Alegre; Prestação de Contas de 2010; Contas Anuais de**
105 **Gestão; Responsável: Ionara Jardina de Vasconcelos (01/01 a 27/02); Sr(a). Claudia Lúcia;**
106 **Vasconcelos da Silva (01/03 a 31/12); Instrução: Controladoria Regional de Santarém; instrução:**
107 **3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora:**
108 **Conselheira Mara Lúcia Barbalho; Publicado no DOE nº 261 de 19/02/2018.** Cumprindo
109 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-



se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em**
discussão. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros José
Carlos Araújo, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros
Substitutos Sérgio Dantas e Márcia Costa, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência
proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.879). Presidência do Conselheiro José Carlos
Araújo. **Processo nº602012010-00; Fundo Municipal de Saúde de Prainha; Prestação de**
Contas de 2010; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sérgio da Graça Amaral Pingarilho;
Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relatora:
Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 261 de 19/02/2018.** Cumprindo
dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
se pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas. A matéria foi colocada **em**
discussão. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros José
Carlos Araújo, Cezar Colares, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros
Substitutos Sérgio Dantas e Márcia Costa, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência
proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela iliquidez das contas, face o
falecimento do Ordenador (Acórdão nº 31.880). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo.
Processo nº592152011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Porto de Moz;
Prestação de Contas de 2011; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Angela Maria de
Almeida Campos; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
Gueiros; Relatora: Conselheira Mara Lúcia Barbalho; **Publicado no DOE nº 261 de**
19/02/2018. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas, e
aplicação de multas. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu
VOTO. **Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Cezar Colares, Antonio José Guimarães
e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Márcia Costa,
acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
unanimidade, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas
(Acórdão nº 31.881). Presidência do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº140022009-**
00; Câmara Municipal de Belém; Prestação de Contas de 2009; Contas Anuais de Gestão;
Responsável: Walter Wilton Arbage; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº**
261 de 19/02/2018. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada
em discussão. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros José



145 Carlos Araújo, Mara Lúcia e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e
146 Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O
147 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação
148 de multas (Acórdão nº 31.882). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
149 **252042014-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Chaves; Prestação de Contas**
150 **de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Júlia da Silva Martins; Instrução: 1ª
151 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro
152 Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 261 de 19/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o
153 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
154 contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
155 **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães,
156 bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Márcia Costa, acompanharam o Relator
157 na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
158 regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.883). Presidência
159 da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 252222014-00; FUNDEB de Chaves; Prestação de**
160 **Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Edgar Augusto Quadros; Instrução: 1ª
161 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Sérgio
162 Leão; **Publicado no DOE nº 261 de 19/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o
163 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das
164 contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu
165 **VOTO. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Mara Lúcia e Antonio José Guimarães,
166 bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Márcia Costa, acompanharam o Relator
167 na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
168 regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 31.884). Presidência
169 da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 30022014-00; Câmara Municipal de Afuá;**
170 **Prestação de Contas de 2014;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Narrinha Walderley
171 Salomão Coelho; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina
172 Cunha; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 261 de 19/02/2018.**
173 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
174 manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O
175 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO** "A Instrução Processual finaliza com o registro do
176 descumprimento do Art. 29-A da Constituição Federal, quando a Ordenadora não atendeu o limite
177 constitucional de despesa com pessoal, limitada a 70%, enquanto a realizada atingiu 72,08%. Ante ao
178 exposto, VOTO, nos termos do Inciso III, "b" do Art. 45, da Lei Complementar Estadual nº 109/2016, pela
179 Irregularidade das Contas da Câmara Municipal de Afuá, exercício financeiro de 2014, de responsabilidade
180 da Sra. Narrinha Wanderlei Salomão Coelho, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério



181 *Público Estadual para as medidas cabíveis. Deve a ordenadora recolher em favor do Fundo de*
182 *reaparelhamento do TCM-FUNREAP, no prazo de 30 dias, a título de multa¹, o seguinte valor: • R\$*
183 *1.663,55, correspondente a 500 UPF/PA, pelo excessivo gasto com pessoal, descumprindo o que dispõe a*
184 *Constituição Federal em seu Art. 29-A, com fundamento na alínea "b" do Inciso I do Art. 282 do RITCM/PA.*
185 *Fica desde já, advertida a ordenadora responsável, que o não recolhimento das multas fixadas, no prazo*
186 *de 30 (trinta) dias, após o trânsito em julgado da presente decisão, importará, nos termos do art. 303, do*
187 *RITCM/PA (Ato nº 18/2017), no acréscimo de correção monetária, multa e juros de mora, nos seguintes*
188 *termos: (I) multa de mora de 0,10% (dez centésimo por cento) do valor da multa, por dia de atraso, até o*
189 *limite de 36% (trinta e seis por cento); (II) correção monetária do seu valor, calculada, desde a data em*
190 *que deveria ser pago até o do efetivo pagamento, com base na variação da Unidade Padrão Fiscal do*
191 *Estado do Pará – UPF-PA e (III) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração, até a data em*
192 *que deveria ser pago até o efetivo pagamento. É o Voto".* **Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia
193 solicitou Vista dos autos. Os Conselheiros José Carlos Araújo, Cezar Colares e Antonio José
194 Guimarães, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Márcia Costa, decidiram por
195 aguardar a manifestação do Voto de Vista. **Processo nº 201611169-00 (80022002-00);**
196 **Câmara Municipal de Ananindeua; Recurso de 2002;** Ordinário contra a decisão objeto do
197 Acórdão 29.247/16; Recorrente: Francisco das Chagas Silva Melo Filho; Instrução: 4ª
198 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio
199 José Guimarães; Advogado/Contador: Wagner Vieira Carneiro - OAB/PA nº 14.262; Publicado
200 **no DOE nº 261 de 19/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
201 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial
202 do Recurso, com a manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. O
203 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Mara
204 Lúcia, Cezar Colares e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Márcia
205 Costa, acompanharam a Relatora na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
206 **unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com reforma da
207 decisão recorrida (Acórdão nº 31.885). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo**
208 **nº 201608081-00 (1280022010-00); Câmara Municipal de Ulianópolis; Recurso de**
209 **2010;** Ordinário contra a decisão do Acórdão nº 29.053/2016; Recorrente: Marta Resende
210 Soares Venturim; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros;
211 Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 261 de 19/02/2018.
212 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
213 manifestou-se pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com a manutenção da
214 decisão recorrida. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu
215 **VOTO**. **Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Mara Lúcia, Cezar Colares e Sérgio
216 Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Márcia Costa, acompanharam o



217 Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
218 pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso, com reforma da decisão recorrida (Acórdão
219 nº 31.886). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201800844-00; Prefeitura**
220 **Municipal de Tucuruí; Medida Cautelar de 2018;** Suspensão do pagamento relativo ao
221 contrato nº 131.2017.20.6.022 - Revogação de Medida Cautelar; Responsável: Benedito Joaquim
222 Campos Couto; Instrução: 2ª Controladoria; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no**
223 **DOE nº 261 de 19/02/2018.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator
224 apresentou ao Plenário sua decisão monocrática em Medida Cautelar para deliberação do
225 Tribunal Pleno, nos termos dos arts. 144, I e 145, II e parágrafo único do RI/TCM/PA. A matéria
226 foi colocada **em discussão. Em votação:** A Conselheira Mara Lúcia, os Conselheiros Antonio
227 José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio Dantas e Márcia
228 Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
229 **unanimidade**, decidiu pela revogação da Medida Cautelar (Acórdão nº 31.887). Presidência da
230 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 30012010-00; Prefeitura Municipal de Afuá;**
231 **Prestação de Contas de 2010; Reabertura da Instrução;** Relator: Cezar Colares. O
232 Conselheiro Relator apresentou sua proposta para a reabertura de instrução processual. A
233 matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** Os Conselheiros José Carlos Araújo, Mara
234 Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros Substitutos Sérgio
235 Dantas e Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão:**
236 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reabertura de instrução. (Resolução nº 13.694).
237 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 33992010-00; Fundo Municipal de**
238 **Educação de Afuá; Prestação de Contas de 2010; Reabertura da Instrução;** Relator:
239 **Conselheiro Cezar Colares.** O Conselheiro Relator apresentou sua proposta para a reabertura de
240 instrução processual. A matéria foi colocada **em discussão. Em votação:** Os Conselheiros José
241 Carlos Araújo, Mara Lúcia, Antonio José Guimarães e Sérgio Leão, bem como os Conselheiros
242 Substitutos Sérgio Dantas e Márcia Costa, acompanharam o Relator na íntegra. A Presidência
243 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela reabertura de instrução.
244 (Resolução nº 13.695). Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.**
245 **PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO:** A Conselheira
246 Vice Presidente, Mara Lúcia, deu conhecimento ao Pleno sobre as quatro Minutas de Resoluções
247 Administrativas que foram encaminhadas aos gabinetes, para serem apreciadas na Sessão
248 Ordinária do dia 27.02.2018, dentre estas, as Minutas sobre as Retificadoras e Serviços
249 Auxiliares. E observações que foram feitas através do "Escritório de Processos", onde menciona a
250 exclusão do parágrafo único, do Art. 10. Tal proposta será distribuída previamente, uma vez que
251 o detalhamento de cada Retificadora está assentado, observando a natureza e definição, contida



252 nos Art. 12 e 13. Discorreu ainda, sobre a definição de uma data em conjunto com o Setor de
253 Informática, a fim de definir o período de recebimento das Retificadoras. Em seguida, convidou o
254 Diretor Jurídico, Raphael Maués para esclarecer ao Pleno, as modificações que foram efetuadas
255 nas referidas Minutas supracitadas, ocasião que assim o fez: *"Uma delas é só a exclusão do*
256 *parágrafo único, do Art. 10, porque ele já vinha disciplinado. A matéria que ele trata fala que as prestações*
257 *de contas retificadoras definidas nos incisos I e III deste Artigo, substituirão integralmente os arquivos e*
258 *documentos constantes da prestação de contas original. E esse parágrafo perdeu o sentido com a última*
259 *alteração, porque ele já vem sendo disciplinado nos termos do parágrafo 5º, do Art. 12 e do parágrafo 3º do*
260 *Art 13. Então é só uma exclusão para não haver uma confusão, uma duplicidade na informação a respeito*
261 *delas, e com relação ao Art. 19, é que era a fixação que estava em aberto, ainda dependendo da Diretoria*
262 *de Tecnologia de Informação e que já foi assentado. Então o início de vigência por conta da adequação do*
263 *sistema, para que ele possa receber mais de uma prestação de contas e excluir as anteriores dentro do*
264 *que está desenhado e delimitado na Resolução. E por fim, quanto a Minuta dos Serviços Auxiliares - com*
265 *base naquela Reunião Administrativa que eu pude participar com os Conselheiros -, foram feitas aquelas*
266 *alterações todas, o ajuste dentro do organograma também e só não está sendo entregue o desenho agora*
267 *porque ele ta sendo impresso fora daqui por conta de seu tamanho, mas pela manhã já estará disponível.*
268 *Todos aqueles ajustes que os Conselheiros propuseram foram atendidos na forma que nos foi solicitado.*
269 *Qualquer dúvida, tanto a Diretoria Jurídica quanto a DGP, estão à disposição dos Conselheiros. Obrigado".*
270 Na sequência, a Conselheira Mara Lúcia solicitou aos seus pares que em decorrência da proposta
271 de aprovação das referidas Minutas para a data do dia 27.02.2018, que as mesmas sejam
272 previamente apreciadas, visando a sua inclusão em Pauta com antecedência. Em seguida, o
273 Conselheiro José Carlos Araújo, propôs que tais Minutas sejam apreciadas conjuntamente na
274 Reunião Administrativa marcada para o dia 26.02.2018. **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez
275 horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
276 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em vinte e dois de
277 fevereiro de dois mil e dezoito.
278 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 016/2018, em quinze de março de dois mil e dezoito.
279 Visto:

Mara Lúcia Barbalho da Cruz
Conselheira / Vice-Presidente / PRESIDENTE DA SESSÃO

José Carlos Araújo
Conselheiro / Corregedor / PRESIDENTE DA SESSÃO

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral